

AGENDA LEGISLATIVA

17 A 21 DE JUNHO DE 2019 Atualizada em 17/06/2019 17:22

CONGRESSO NACIONAL

Terça-feira (18/06)

CMO - COMISSÃO MISTA DE ORCAMENTO / Anexo II, Plenário 04, às 14h30.

<u>PLN 5/2019</u> - Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências. Item nº 2

Autor: Poder Executivo

Relator: deputado Cacá Leão - PP/BA

Relatório preliminar: pela aprovação na forma ora apresentada. Quanto às 49 (quarenta e nove) emendas apresentadas, ofereceu voto pela aprovação das emendas de nºs 5, 9, 13, 14,15, 16, 17, 22, 25, 28, 37 e 42; pela aprovação parcial das emendas de nºs 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 20, 21, 26, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 44, 45, 46, 47, 48 e 49; e pela rejeição das emendas de nºs 1, 2, 18, 19, 23, 24, 29, 30, 38, 39, 40, 41 e 43

<u>REQ 8/2019</u> — Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para debater sobre o Projeto de Lei Complementar nº 295/2016, que dispõe sobre normas gerais de planejamento, orçamento, fundos, controle e avaliação na administração pública, e, propõe a revogação da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, que disciplina a elaboração do orçamento federal. Item nº 5

Autor: deputado Lucas Gonzalez - NOVO/MG

Convidados indicados:

- George Soares, secretário de Orçamento Federal;
- Mansueto Almeida, secretário do Tesouro Nacional; e
- Hélio Tolini, consultor Legislativo da Câmara dos Deputados.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO / Sessões ordinárias e extraordinárias nos dias 17, 18 e 19/06.

<u>PL 1292/1995</u> - Altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Autor: senador Lauro Campos - PT/DF

<u>Parecer CESP</u>: pela aprovação do projeto, nos termos do <u>substitutivo</u> adotado (Relator: dep. João Arruda - PDS/SP).

<u>PDC 1019/2018</u> - Aprova o texto Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, celebrado em Camberra, em 7 de setembro de 2017.

Autor: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Parecer CDEICS: pela aprovação (Relator: Dep. Tiago Dimas);

Parecer CCTCI: pela aprovação (Relator: Dep. Eduardo Cury); e

Parecer CCJC: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Rubens Bueno)

Segunda-feira (17/06)

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Anexo II, Plenário 01, 14h00

<u>PLP 262/2016</u> - Inclui novo art. 11-A ao Capítulo III da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, para disciplinar o prazo de abertura e encerramento de empresas no País. Item nº 9

Autor: deputado Diego Garcia - PHS/PR

Relator: Deputado Marcelo Aro

<u>Parecer:</u> mantido o parecer apresentado, Parecer n. 1, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

<u>PL 5074/2016</u> - Dispõe sobre a investigação criminal e a obtenção de meios de prova nos crimes praticados por intermédio de conexão ou uso de internet. Item nº 41

Autor: senador Otto Alencar - PSD/BA

Relator: deputado Paulo Magalhães - PSD/BA

<u>Parecer:</u> pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste; pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição da Emenda da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; e pela constitucionalidade, injuridicidade e, no mérito, pela rejeição da Emenda 1/2019 apresentada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Terça-feira (18/06)

CSSF - COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA / Anexo II, Plenário 07, 09h30

<u>PL 4269/2016</u> - Acrescenta dispositivos ao art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para reduzir a contribuição previdenciária das empresas que contratarem pessoas com deficiência. Item nº 24 Autor: deputado João Derly - REDE/RS

Relatora: deputada Flávia Morais - PDT/GO

<u>Parecer:</u> pela aprovação do PL 4269/2016 e do PL 6565/2016, apensado, com substitutivo, e pela rejeição do PL 8400/2017, apensado.

CTASP - COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO / Anexo II, Plenário 12, às 10h.

<u>REQ 60/2019</u> - Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público para debater o processo de revisão das Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança do Trabalho que está sendo realizado pela Secretaria Especial de Trabalho e Previdência do Ministério da Economia.

Autor: Túlio Gadêlha - PDT/PE.

Convidados sugeridos:

- Ministério da Economia: Secretário-especial de Trabalho e Previdência do Ministério da Economia, Rogério Marinho;
- FUNDACENTRO Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho;
- SINAIT Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Presidente Carlos Silva;
- Anamatra Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Presidente Noêmia Garcia Porto.

<u>PL 1579/2015</u> - Regulamenta o artigo 239, §4º da Constituição Federal de 1988, ao criar critério suplementar de financiamento do seguro-desemprego a partir da cobrança de percentual adicional sobre alíquota de contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), criado pela Lei

Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), criado pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, dos sujeitos passivos cujos índices de rotatividade da força de trabalho supere o índice médio da rotatividade do respectivo setor econômico na Unidade da Federação. Item nº 8

Explicação: cria critério suplementar de financiamento do seguro-desemprego a partir do aumento da alíquota devida ao PIS/PASEP para o empregador que ultrapassar o índice médio de rotatividade da mão-de-obra, assim como reduz o percentual em 25% para aqueles que diminuírem o índice de rotatividade.

Autor: deputado André Figueiredo - PDT/CE Relatora: deputada Flávia Morais - PDT/GO

Parecer: pela aprovação deste e do PL nº 3.800/15, apensado, com substitutivo.

VTS 1, Sanderson - /

COMISSÃO ESPECIAL DA PEC 15/15 (TORNA PERMANENTE O FUNDEB) / Anexo II, Plenário 13, às 11h

Audiência Pública – Tema: Instrução da matéria.

Em atendimento aos Requerimentos 1 e 2/19 da Deputada Professora Rosa Neide; Requerimento 4/19 da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende e do Deputado Bacelar e Requerimento 10/19 do Deputado Bacelar.

Convidados:

- José Marcelino de Rezende Pinto, professor e representante da Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação - FINEDUCA;
- Thiago Alves, professor da Universidade de Goiás e Pesquisador responsável pelo Simulador de Custo-Aluno Qualidade - SIMCAQ;
- Maria do Socorro Neri Medeiros de Souza, Prefeita de Rio Branco/AC e Representante da Frente Nacional de Prefeitos - FNP;
- Representante do Ministério da Economia;
- Representante do Fórum de Governadores.

CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR / Local a definir, às 14h.

Audiência Pública – Tema: Proteção de Dados Pessoais do Consumidor

Em atendimento ao Requerimento nº 30/2019 do Sr. Jorge Braz e Requerimento nº 34/2019 do Sr. Celso Russomano.

Convidados:

- Luciano Benetti Timm, Secretário Nacional do Consumidor (Senacon);
- Altair Olivo Santin, Coordenador da Comissão Especial em Segurança da Informação e de Sistemas Computacionais (CESeg) da Sociedade Brasileira de Computação;
- Filipe de Araújo Vieira, Presidente da Associação Brasileira de PROCONS;
- Amanda Flávio de Oliveira, Professora Associada da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília e Diretora da Comissão Permanente de Concorrência do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (BRASILCOM).

CESP - SUBSÍDIOS TRIBUTÁRIOS E CREDITÍCIOS / Anexo II, Plenário 12, às 15h.

1^a Parte

Audiência Pública - Tema: Instrução do tema.

Convidados:

- Renato Lima Cavalcante, diretor da Diretoria de Fiscalização da Responsabilidade Fiscal da Secretaria de Macroavaliação Governamental - Representando o Tribunal de Contas da União -TCU:
- Rodrigo Octávio Orair, Diretor da Instituição Fiscal Independente IFI;

Representante da Casa Civil da Presidência da República).

2ª Parte

Pauta: deliberação de requerimentos sobre concessão de subsídios tributários e creditícios na cadeia logística e produção de veículos e na produção e distribuição de combustíveis; e realização de seminário no Rio de Janeiro.

Quarta-feira (19/06)

CDU - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO / Auditório do CEFOR, às 8h.

Evento - Conferência sobre Mobilidade Urbana Saudável.

O objetivo da conferência é mostrar os resultados sobre o projeto de cooperação internacional, desenvolvido entre 2016 e 2019, para estudar as condições de (i)mobilidade urbana saudável em três cidades brasileiras (Brasília, Florianópolis e Porto Alegre), bom como em Oxford e no Reino Unido.

CCTCI - COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA / Anexo II, Plenário 13, 10h00

<u>REQ 70/2019</u> - Requer seja convocada Audiência Pública para debater a importância das Instituições de Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento regional sustentável no Brasil, Nordeste e Paraíba. Item nº 1.

Autor: Gervásio Maia - PSB/PB

Convidados indicados:

- Representante da CAPES;
- Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
- Representante da Frente Parlamentar de Ciências, Tecnologia e Inovação da Assembleia Legislativa da Paraíba;
- Representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; e
- Representantes da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional.

REQ 71/2019 - Requer a realização de Seminário conjunto das comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, de Defesa do Consumidor e de Desenvolvimento Urbano para debater sobre internet das coisas, digitalização, 5G, a cobertura e a qualidade da telefonia móvel e da internet distantes dos grandes centros. Item nº 2.

Autor: Bilac Pinto - DEM/MG

Convidados indicados:

- Representante do MCTIC:
- Representante da Brasscom;
- Representante da Anatel;
- Representante do Senacon;
- Representante da Conselho de Tecnologia da Informação e Comunicação (ConTIC);
- Representante da Proteste;
- Representante do Ministério da Justiça;
- Representante do SindiTelebrasil;
- Representante do IDEC;
- Representante do Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações (CDUST);
- Representante do Ministério da Economia;
- Representante da GSMA; e
- Representante da Febratel.

<u>PL 7182/2017</u> - Acrescenta inciso XIV ao art. 7º da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para vedar a implementação de franquia limitada de consumo nos planos de internet banda larga fixa. Item nº 4.

Autor: senador Ricardo Ferraço – PSDB/ES Relator: deputado André Figueiredo – PDT/CE

Parecer: pela aprovação.

SENADO FEDERAL

PLENÁRIO / Sessões ordinárias e extraordinárias nos dias 18 e 19/06.

<u>PEC 17/2019</u> - Inclui a proteção de dados pessoais entre os direitos fundamentais do cidadão e fixa a competência privativa da União para legislar sobre a matéria.

Explicação: Assegura o direito à proteção de dados pessoais, inclusive nos meios digitais. Inclui entre as competências da União legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais. Item nº 6 Autor: deputado Eduardo Gomes - SD/TO

Parecer: parecer nº 45, de 2019, da CCJ, Relatora: Senadora Simone Tebet, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

<u>PEC 57/2016</u> - Prevê lei complementar para conceituar pequeno Município; disciplina os princípios da Administração Pública, as normas gerais aplicáveis ao processo administrativo fiscal e questões em matéria tributária (PEC da desburocratização).

Explicação: simplifica as exigências fiscais e tributárias dirigidas a microempresas e empresas de pequeno porte, especialmente em municípios menores.

Autor: deputado Sá - PR/RR

Parecer: parecer sob nº 142, de 2019, da Comissão Diretora, oferecendo a redação para o segundo turno.

Terça-feira (18/06)

CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 10h00

<u>PEC 51/2017</u> - Acrescenta a alínea f ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os consoles e jogos para videogames produzidos no Brasil

Explicação: decorrente de Ideia Legislativa do e-Cidadania, altera a Constituição Federal para vedar a instituição de impostos pela União, Estados e Municípios sobre consoles e jogos para videogames produzidos no Brasil

Autor: deputado Sá - PR/RR

Relator: senador Telmário Mota - PTB/RR

Parecer: favorável à Proposta

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, 14h0.

Audiência Pública – Tema: "Discutir a renovação e a revisão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), cuja vigência expira em 2020".

Convidados:

- Élida Graziane Pinto, Procuradora do Ministério Público de Contas de São Paulo;
- José Marcelino de Rezende Pinto, Professor Titular da Universidade de São Paulo USP;
- Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação CNTE; e
- Mozart Neves Ramos, Conselheiro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação – CNE.